

Decreto-Lei n.º 420/91 de 29 de Outubro

A complexidade e diversidade do universo funcional e pessoal da Administração e a dificuldade de conhecer em pormenor todas as situações relativas delas emergentes levaram a que a aplicação do NSR tivesse conduzido a algumas distorções de ordem pontual que importa, por isso, alterar, reconduzindo-as às soluções mais adequadas e justas caso a caso.

O presente diploma foi, nos termos do Decreto-lei n.º 45-A/84, de 3 de Fevereiro, antecedido de negociações com as organizações sindicais.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito

1 – O presente diploma aplica-se a todos os serviços e organismos da Administração Pública, incluindo os institutos públicos nas modalidades de serviços personalizados do Estado e de fundos públicos.

2 – O presente diploma aplica-se também aos serviços e organismos que estejam na dependência orgânica e funcional da Presidência da República e da Assembleia da República e aos serviços de apoio das instituições judiciárias.

3 – A aplicação à administração regional autónoma faz-se sem prejuízo da possibilidade de os competentes órgãos introduzirem, se for caso disso, as adaptações necessárias.

Artigo 2.º

Alterações pontuais de desenvolvimentos indiciários de várias carreiras e categorias

1 – São alterados os desenvolvimentos indiciários das seguintes carreiras e categorias:

- a) Categorias de primeiro-oficial, segundo-oficial e terceiro-oficial e técnico auxiliar principal e de 1.ª e 2.ª classes, respectivamente, das carreiras de pessoal administrativo e técnico--profissional de nível 3, constantes dos anexos nºs 1 e 2 ao Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, nos termos do mapa t anexo ao presente diploma;
- b) Categoria de tesoureiro, integrante do anexo n.º 1 ao mesmo diploma, nos termos do mapa II anexo;
- c) Categoria de técnico-adjunto de 2.ª classe das carreiras de pessoal técnico-profissional de nível 4, a que aludem os anexos nºs 1 e 2 ao mesmo diploma, na forma prevista no mapa III anexo;
- d) Categorias de encarregado geral, encarregado de pessoal qualificado, semiquualificado e não qualificado, capataz e operário qualificado e semiquualificado das carreiras de pessoal operário, constantes também dos mesmos anexos de harmonia com o mapa IV anexo;
- e) Categoria de encarregado de pessoal auxiliar, previsto nos mesmos anexos do Decreto-Lei n.º 353-A/89, nos termos previstos no mapa v anexo;
- f) Categorias de mestre das carreiras de operário qualificado e semiquualificado, previstas no anexo n.º 2 ao mesmo diploma, de harmonia com o mapa VI anexo;
- g) Categorias de revisor de transportes colectivos, fotógrafo, auxiliar de enfermagem, enfermeiro de 3.ª classe, tratador-apanhador de animais e cozinheiro, constantes do anexo n.º 3 ainda do mesmo diploma, de harmonia com o mapa VII anexo.

MAPA I

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Primeiro-oficial	220	230	240	250	260	270	-	-
Técnico auxiliar principal								
Segundo-oficial	200	210	220	230	240	250	-	-
Técnico auxiliar de 1.ª classe								
Terceiro-oficial	180	190	200	215	225	-	-	-
Técnico auxiliar de 2.ª classe								

MAPA II

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Tesoureiro	220	230	245	265	290	310	-	-

MAPA III

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Técnico-adjunto de 2.ª classe	190	200	210	225	235	-	-	-

MAPA IV

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Encarregado geral	260	280	300	310	-	-	-	-
Encarregado de pessoal qualificado	240	245	250	255	-	-	-	-
Encarregado de pessoal semiquilificado	235	240	245	250	-	-	-	-
Encarregado de pessoal não qualificado	225	230	235	240	-	-	-	-
Capataz	200	205	210	215	-	-	-	-
Operário qualificado	125	135	145	155	165	180	195	210
Operário semiquilificado	120	130	140	150	160	175	190	205

MAPA V

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Encarregado de pessoal auxiliar	200	205	210	215	-	-	-	-

MAPA VI

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Mestre de pessoal operário qualificado	205	210	220	230	240	-	-	-
Mestre de pessoal operário semiquualificado	180	190	205	225	235	-	-	-

MAPA VII

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Revisor de transportes colectivos	230	235	240	250	265	275	-	-
Fotógrafo	135	150	165	180	195	-	-	-
Auxiliar de enfermagem e enfermeiro de 3.ª classe	160	170	180	195	210	225	245	255
Tratador-apanhador de animais	120	130	140	150	165	180	200	220
Cozinheiro	125	135	145	155	165	175	190	205

MAPA VIII

Categorias	Escalaões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Chefe de polícia florestal	255	275	295	310	-	-	-	-
Subchefe de polícia florestal	235	250	265	280	-	-	-	-
Técnico de educação	205	215	225	235	250	265	-	-

2 – São acrescentadas ao anexo n.º 3 do Decreto-Lei n.º 353-A/89 as categorias de chefe de polícia florestal, subchefe de polícia florestal e técnico de educação, com o desenvolvimento indiciário constante do mapa VIII anexo ao presente diploma.

Artigo 3.º

Alterações de regime ao Decreto-Lei n.º 353-A/89

1 – Os artigos 18.º, 21.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89 passam a ter a seguinte redacção:

Art. 18.º – 1 –

2 –

3 –

4 – As regras estabelecidas nos nºs 2 e 3 são também aplicáveis às situações de mobilidade, mediante concurso entre carreiras inseridas nos grupos de pessoal operário e auxiliar e, bem assim, entre carreiras para cujo provimento esteja estabelecido legalmente o mesmo nível de habilitações.

Art. 21.º – 1 –

2 –

3 –

4 –

5 –

6 –

7 – Os ajudantes das carreiras de operário qualificado e operário semiquualificado são remunerados, respectivamente, pelos índices 120 e 115.

Art. 33.º – 1 –

2 –

3 –

4 – Nos casos em que o exercício de funções em regime de interinidade seja seguido, com observância do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, de provimento definitivo na categoria que vinha sendo exercida naquele regime, a integração nesta faz-se no escalão pelo qual o funcionário vinha sendo remunerado.

2 – É revogado o n.º 4 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.

Artigo 4.º

1 – São extintas nos quadros de pessoal que as prevejam, à medida que vagarem, as categorias de ajudante das carreiras de operário qualificado e semiquualificado sempre que configurem as situações previstas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

2 – Os funcionários nelas providos transitam, consoante os casos, para as categorias de operário qualificado e semiquualificado:

- a) A partir da data da entrada em vigor do presente diploma, aqueles que possuam mais de cinco anos de serviço naquela situação;
- b) A partir da data da aprovação no concurso de prestação de provas a que alude o n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 248/85, a realizar obrigatoriamente no prazo de seis meses contado da data da entrada em vigor do presente diploma, os demais.

3 – No caso de não existirem vagas nos quadros de pessoal em número suficiente para execução do disposto no número precedente, consideram-se aqueles automaticamente aumentados do número de lugares necessários para o efeito.

Artigo 5.º

Relevância do tempo de serviço

1 – O tempo de serviço prestado pelos motoristas de transportes colectivos que transitaram para a carreira de agente único de transportes colectivos releva para todos os efeitos legais como se fora prestado nesta última.

2 – O tempo de serviço prestado pelos cobradores de transportes colectivos que, por força da introdução gradual do sistema de automatização da cobrança, foram reclassificados noutras categorias ou carreiras releva também, para todos os efeitos legais, como se fora prestado nestas últimas.

Artigo 6.º

Produção de efeitos

O disposto no artigo 2.º produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Agosto de 1991. – *António Cavaco Silva – Luís Miguel Couceiro Pizarro Beza – Luís Francisco Valente de Oliveira – Joaquim Martins Ferreira do Amaral.*

Promulgado em 16 de Outubro de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, Mário Soares.

Referendado em 18 de Outubro de 1991.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*